



Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1981

ANO VI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 83.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem n.º 70/81

Curitiba, 04 de agosto de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e a adotar outras providências.

A proposição ora encaminhada atende manifestações contidas em requerimento do Senhor Deputado José Lázaro Dumont, aprovado por essa augusta Casa de Leis em Sessão Plenária de 30 de junho do corrente ano e que me foi encaminhado através do Ofício n.º 1368/81, dessa Presidência.

Outrossim, a anexa cópia autêntica do pronunciamento técnico emitido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, diz, com o devido detalhamento sobre a necessidade e interesse público de que é revestida a medida legal em causa.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa

colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante alienação ou doação, aos seus ocupantes, os lotes remanescentes nos imóveis que constituem as glebas abaixo descritas, na Colônia São Jerônimo, situadas no Município de São Jerônimo da Serra:

- a) Gleba n.º 2;
- b) Gleba n.º 2 - 1a. parte;
- c) Gleba n.º 2 - 2a. parte;
- d) Gleba n.º 2 - 3a. parte;
- e) Gleba n.º 3;
- f) Gleba n.º 4;
- g) Gleba n.º 5;
- h) Gleba n.º 5 - 2a. parte;
- i) Gleba n.º 5 - 3a. parte;
- j) Gleba n.º 6.

Art. 2.^o — Aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o de sua família, nele mantendo morada permanente, por 2 (dois) anos ininterruptos, serão doados os imóveis com área não superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Parágrafo único. Aos ocupantes com mais de um ano e dia, e menos de 2 (dois) anos de morada permanente será concedida licença de ocupação até que se complete aquele prazo. Esta licença de ocupação é insuscetível de transferência por ato "inter vivos".

Art. 3.^o — A Alienação de imóvel aos seus ocupantes se fará até o limite de 100 (cem) hectares, independentemente de licitação.

Art. 4.^o — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC, promover a doação e a alienação dos imóveis aos seus ocupantes nos termos dos artigos 2.^o e 3.^o desta Lei, estabelecendo a área a ser transferida e, quando for o caso, preço e condições de pagamento, conforme Tabela de Preços aprovada pelo Conselho de Administração do ITC, em 22 de novembro de 1979.

Parágrafo único. A licença de ocupação a que alude o parágrafo único do artigo 2.^o será fornecida pelo ITC, após o levantamento das condições de ocupação.

Art. 5.^o — Ficam ratificados os Títulos de Domínio expedidos pelo Governo do Estado nas referidas glebas, constantes da relação anexa à presente lei.

Art. 6.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Visando atender aos legítimos interesses dos ocupantes de diversas glebas da Colônia São Jerônimo, que há longos anos por si e seus antecessores mantêm posse no imóvel, apresentamos a Vossa Excelência Projeto de Lei, que encerra pedido dirigido à Assembléia Legislativa solicitando a competente autorização daquele órgão institucional do Estado, para alienar o imóvel aos seus legítimos ocupantes, independentemente de licitação, além de ratificar os títulos expedidos e demais

concessões efetivas pelo Poder Executivo.

I – HISTÓRICO ORIGEM DA “COLÔNIA SÃO JERÔNIMO”

A União, em 14 de fevereiro de 1949, cedeu, ao Estado do Paraná, as terras da Fazenda São Jerônimo.

A cessão do imóvel ao Estado do Paraná se fez por termo lavrado em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União, que tem força de escritura pública, para qualquer efeito, conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 9760, de 5 de setembro de 1946 (art. 126, art. 138 e § 1.º).

Do termo de entrega do imóvel lavrado no livro número um (de folhas dois - verso a cinco) do Serviço do Patrimônio da União, consta o seguinte:

“que a União é senhora e legítima possuidora da fazenda São Jerônimo, situada no Município de Araiponga, ex-São Jerônimo, no Estado do Paraná, registrada sob o número quatro mil novecentos e sessenta e um do Cadastro dos Bens da União, com a área total, por estimativa, de trezentos e trinta e oito milhões e oitocentos mil metros quadrados (338.800.000,00 m2) limitando ao NORTE com o rio São Jerônimo e parte do rio Lixiguana; a Oeste com o rio Tibagi; ao Sul e Sudoeste com o rio Tigre (Ribeirão das Furnas) e Ribeirão Pilõezinhos, a Leste com o Ribeirão Liziguana e a Sudeste com a serra da Esperança; que a referida Fazenda São Jerônimo foi havida por doação feita pelo seu então proprietário, Barão de Antonina, ao Governo Imperial, por termo solene lavrado no Ministério dos Negócios do Império, em vinte e um de junho de mil oitocentos e cinquenta e nove com limites certos”.

“ – SEGUNDO – que de conformidade com o disposto no Decreto-Lei número sete mil seiscentos e noventa e dois, de trinta de junho de mil novecentos e quarenta e cinco e com o que consta do processo fichado no Serviço de Comunicação do Ministério da Fazenda sob o número duzentos e trinta e sete mil setecentos e setenta, de mil novecentos e quarenta e oito (237.770/48), a outorgante faz cessão do domínio pleno das terras da citada fazenda São Jerônimo, excetuada uma área global de quatro mil oitocentos e quarenta hectares, equivalente a quarenta e oito milhões e quatrocentos mil metros quadrados (48.400.000,00m2), em uma só gleba ou em mais de uma gleba, no lugar ou lugares da referida fazenda São Jerônimo que for ou forem escolhidos pelo Serviço de Proteção aos índios (...)”.

Trata-se de alienação a título gratuito, devidamente autorizada pelo Decreto-Lei n.º 7.692, de 30 de junho de 1945, verbis:

“ Art. 1.º – Fica o Ministério da Fazenda autorizado a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná, as terras da Fazenda São Jerônimo, no citado Estado do Paraná, de propriedade da União, pela doação feita ao Governo Imperial pelo Barão de Antonina, primitivo proprietá-

rio da mesma fazenda, para na mesma ser pelo dito Governo Imperial estabelecido um aldeamento de indígenas, o que foi feito posteriormente mantido pelo Governo Federal, até a presente data, respeitadas as atuais desse imóvel”.

2. Todo o imóvel doado pelo Barão de Antonina ao Governo Imperial (Fazenda São Jerônimo) juntamente com as glebas 7, 8 e 9, foi denominado “Colônia São Jerônimo” pelo Estado do Paraná, que o submeteu a processo de colonização.

A Colônia São Jerônimo foi subdividida em 19 glebas a saber:

- 1) Gleba 1
- 2) Gleba 2
- 3) Gleba 2 - 1a. parte
- 4) Gleba 2 - 2a. parte
- 5) Gleba 2 - 3a. parte
- 6) Gleba 2 - 4a. parte
- 7) Gleba 3
- 8) Gleba 4
- 9) Gleba 5
- 10) Gleba 5 - 1a. parte
- 11) Gleba 5 - 2a. parte
- 12) Gleba 5 - 3a. parte
- 13) Gleba 6
- 14) Gleba 7
- 15) Gleba 8
- 16) Gleba 9
- 17) Gleba 10
- 18) 1a. Gleba
- 19) 2a. Gleba ou “Pedrinhas”

Dessas glebas, apenas as de n.ºs 7, 8 e 9 não integram a Fazenda “São Jerônimo” que foi doada ao Governo Imperial.

A Gleba 2 - 4a. parte foi objeto de recente regulamentação pela Lei 7.399, de 26 de novembro de 1.980.

A gleba 10, necessita de estudos especiais, por haver dúvidas quanto a sua superposição ao imóvel denominado “2a. Gleba” ou “Pedrinhas”, de propriedade da FUNAI, razão porque foi excluída do presente projeto.

As 1a. e 2a. glebas, constituem reservas indígenas que por força do Acordo União-Estado, reverteram à União.

A “Colônia São Jerônimo” foi subdividida em glebas, que, por sua vez, subdivididas em lotes, e estes em sua maioria foram alienados, como terras devolutas, a particulares, pelas administrações anteriores.

Verifica-se, todavia, que sobre parte do imóvel o Estado do Paraná ainda não expediu título de domínio, de tal sorte que o processo de colonização, quanto a essa parte, não foi ultimado.

II – NATUREZA JURÍDICA DAS TERRAS DA FAZENDA SÃO JERÔNIMO

Do exposto, torna-se evidente que a fazenda “São Jerônimo” não se constitui de terras devolutas, pois o imóvel foi doado ao Governo Imperial em 21 de junho de 1859, pelo Barão de Antonina.

Encontrava-se, portanto, no domínio particular por título legítimo, quando foi transferido ao Governo Imperial.

A União, como proprietária da fazenda “São Jerônimo”, constituiu, em 14 de fevereiro de 1949, título de domínio em favor do Estado do Paraná.

III – PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

O Instituto de Terras e Cartografia, ao proceder os trabalhos indispensáveis ao processo de colonização dos lotes não titulados (vistoria; levantamento das ocupações; quinhões dos ocupantes, com as respectivas áreas; relatório e memorial descritivo, verificou que por não se tratar de terras devolutas), somente com prévia e competente autorização do Poder Legislativo poderia alienar os lotes remanescentes, ultimando o processo de colonização.

Com efeito, a alienação pelo Poder Executivo de bens imóveis do domínio estadual, depende de autorização legislativa (art. 21, inc. VIII, letra c, da Constituição Estadual).

Desse modo, o ato de alienação se faz mediante manifestação de vontade de dois Poderes do Estado, o que permite caracterizá-la como ato administrativo complexo.

Trata-se, na hipótese, de ato complexo igual porque as duas declarações têm o mesmo valor jurídico (Renato Alessi, Sistema Instituzionale del Diritto Amministrativo Italiano, Giuffrè, Milano, 1973, pág. 273 e 274).

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim visando atender aos legítimos interesses dos ocupantes de lotes da Colônia São Jerônimo, que há longos anos por si e seus antecessores, mantém posse no imóvel, alguns detentores de títulos expedidos pelo Estado do Paraná, apresentamos a Vossa Excelência o projeto de lei em anexo.

(a) RUY CORREIA FEUERSCHUETTE

Advogado
OAB - Pr 4.699

– Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Recursos Humanos, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de serem enquadrados no Quadro Único de Pessoal Civil, do Poder Executivo, os funcionários que estão prestando serviços na Secretaria da fazenda, na Classe Única de Serviços Diversos para Agentes Fiscais, Símbolo AF-4, do Quadro Próprio da C.R.E.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980, instituiu o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo e deu outras providências, mas deixou de enquadrar inúmeros funcionários que prestam serviço na Secretaria da Fazenda, pertencentes ao Quadro Único de Serviços Diversos, os quais estavam nas condições previstas pela lei em referência nos artigos 13 e 24, e, isto vem causando sérios prejuízos e dissabores a todos aqueles que não foram alcançados pela legislação em tela.

Dai a necessidade de enquadrá-los na função que os mesmos realmente exercem junto ao Poder Público na SEFI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Dr. JOSÉ ROBERTO PEGORARO, MD. Diretor Presidente da COHAPAR, solicitando cópia dos contratos e eventuais aditivos firmados entre a Companhia e as firmas empreiteiras das construções de

núcleos habitacionais de Cascavel, especialmente do Jardim Parque Verde, Jardim Guarujá e Jardim Clarito.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Em vários contatos mantidos com moradores desses núcleos habitacionais, notou-se que há generalizado descontentamento com implantação de infra-estrutura nesses conjuntos habitacionais.

É do conhecimento da COHAPAR, que o Jardim Clarito teve iniciada suas obras por uma empresa contratada, a qual não conseguindo chegar ao final das construções, aproximadamente trezentos empregados foram dispensados, ficando a sua maioria sem nenhum recebimento dos seus salários em quase dois meses de prestação de serviços.

Em outros casos, não foram construídas escolas, áreas de lazer, nem pavimento nas ruas, havendo inclusive constante falta de água potável.

Como se trata de público interesse de mutuários, e tendo em vista a constante pressão de exame acurado de toda essa situação, necessário se torna a apreciação dos instrumentos contratuais das obras.

Por outro lado, a resposta dada ao ofício encaminhado por este Deputado à Companhia, além de constituir desrespeito a um dos poderes constituídos, o Legislativo, permite que se faça juízo a respeito do comportamento da empresa, eis que, não havendo problema de qualquer natureza, não se escusaria ao fornecimento das vias contratuais solicitadas.

A resposta conseguida por aquele ofício foi unicamente a sua desrespeitosa devolução, a qual fere o princípio de respeitabilidade e prerrogativa do Poder Legislativo.

Ademais, se um parlamentar de qualquer partido político, investido pelo povo de mandato legislativo, indagar do comportamento de qualquer empresa pública, esta tem o dever de continência para que haja o equilíbrio entre os poderes e equidade administrativa.

Descabe juízo preliminar do uso a que se destina o manuseio dos documentos requeridos, e a sua negativa equivale a uma ofensa inaceitável.

Para ilustrar esta justificativa, estamos anexando ao presente, a forma abusiva com que o bilhete acompanhou a devolução do ofício.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios às autoridades acima mencionadas, no sentido de informar que denúncias vindas da Câmara Municipal de Mandaguari a "Loja Maçônica Estrela do Norte II" da mesma cidade, dão conta de que está havendo grande derrubada de reservas florestais situadas às margens do Rio Ivaí, ao longo de diversos municípios, razão pela qual pede urgência e determinação para sobrestamento dessa ação predatória e devastadora de florestas naturais.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, em apenas uma década perdeu praticamente dois terços das suas reservas de florestas naturais, em função da mecanização agrícola e do acelerado avanço das águas represadas em barragens para construção de usinas hidrelétricas.

Além desse fenômeno de natureza política do Governo Federal, o Estado vem perdendo grande potencial de sua capacidade técnica e experiência agrícola, permitindo que seus

cidadãos saíam do seu território buscando novas frentes de trabalho na Argentina, Paraguai e Amazônia Legal, em busca de terras para o desenvolvimento dos seus trabalhos e de colocação de suas famílias.

Fala-se hoje que o Estado tem apenas cinco por cento de preservação de suas florestas naturais, o que representa uma temeridade para o meio ambiente, em função do desequilíbrio ecológico.

Apesar dessa carência, há notícias de que os organismos instituídos para preservação da ecologia e que orienta a política desse setor estão permitindo a derrubada de 5.995,86 ha. de matas virgens que ainda estão intactas às margens do Rio Ivaí, no norte do Paraná, e que alcançam territórios de três municípios, quais sejam: Jussara (2.575,47 ha), Terra Boa (1.691 ha), Cianorte (1.426,7 ha) e São Tomé (262 ha).

De acordo com um requerimento apresentado pelo Vereador Dorival Marcondes Cesar à Câmara de Mandaguari, e ainda informações de outras pessoas, inclusive da loja Maçônica Estrela do Norte II, a reserva está sendo derrubada para ser ali implantado um projeto de plantio de cana-de-açúcar para produção de álcool através da instalação de usina que será financiada pelo BADEP.

Segundo carta remetida por uma pessoa daquela região, no local há um grande movimento de máquinas, e quinze tratores tipo esteira estariam trabalhando intensamente em regime integral de tempo, devastando impiedosamente a reserva mencionada.

A correspondência menciona ainda que engenheiros agrônomos do "ITC", encarregados da preservação florestal, temendo a represália e perda dos empregos, recusaram-se a exibir documentos autorizando a derrubada, mas fala-se da existência de autorização do IBDF, em função do projeto de implantação da usina.

Nestas condições, cabe ao Governo do Estado tomar imediatas providências sobre o assunto e, ao invés de permitir que novas áreas sejam desmatadas, permitindo o avanço da erosão.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Hélio Beltrão, Ministro da Desburocratização, sugestão no sentido de ser abolido o licenciamento da pesca amadora, atualmente exigida pela legislação aplicada pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE.

Para ser breve, como convém a um apelo em favor da desburocratização, realçamos que, em termos de receita, a taxa de licença representa cerca de oito milhões de cruzeiros enquanto que os gastos administrativos atingem vinte e sete milhões de cruzeiros; e no tocante à efetiva fiscalização, segundo informa o órgão local, há impossibilidade material de fiscalizar os pescadores nos locais de pesca, fazendo-se apenas ao longo das rodovias.

Nem recursos, nem fiscalização efetiva decorrem do frustrado controle ora praticado pelos órgãos competentes, nada justificando, portanto, a permanência de mais esse documento na pasta do sofrido brasileiro, vítima secular do mal burocrático.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

Encaminho à Mesa, requerimento já falado desta tribuna ontem, solicitando que a COHAPAR entregue a este Poder, as vias contratuais de avenças feitas entre a COHAPAR e empresas, para construção de núcleos habitacionais em Cascavel. As razões já foram expostas.

E, hoje, Sr. Presidente, um fato que poderia considerar dos mais absurdos, está ocorrendo exatamente na região representada por eminentes Srs. Parlamentares, inclusive o Sr. Presidente desta sessão, no Vale do Ivaí, às margens do Rio Ivaí, uma reserva florestal de mais de cinco mil hectares, quase seis mil hectares de terras, estão sendo devastados, e, segundo denúncias, através de quinze tratores de esteira, para possibilitar a implantação de projetos de plantio de cana-de-açúcar, e depois a implantação de uma usina de álcool.

O Paraná inteiro, Sr. Presidente, sabe que se trata de uma região altamente favorável à erosão, e que não é possível o Governo do Paraná, com a proteção, inclusive, do ITC, segundo as denúncias, e com a permissão do IBDF, autorizar a derrubada indiscriminada desta floresta, que se preserva.

O Estado do Paraná, que tem menos de cinco por cento das florestas naturais, fica, agora, à mercê da própria sorte.

Há poucos dias, vim a esta tribuna denunciar que as autoridades do IBDF não estão preservando as florestas do Parque Nacional Iguaçu.

E, agora, é o próprio IBDF que está permitindo a derrubada dos míseros restos de florestas naturais existentes no Estado.

E, ainda, sobre o crivo da proteção do próprio Governo, mediante autorização para implantação de um projeto, quem sabe até faraônico, e, provavelmente, Sr. Presidente, no futuro, serão despendidas somas vultosas de verbas, para conter a erosão que o Paraná inteiro conhece, principalmente na região do Vale do Ivaí, às margens do rio Ivaí.

E o requerimento é no sentido, Sr. Presidente, de pedir uma ação esclarecedora do Governo do Estado.

E a Câmara de Mandaguari e outros segmentos sociais nos enviaram indiretamente, documentos que comprometem esta denúncia, que daqui, fazemos hoje.

E o requerimento que estamos solicitando, Sr. Presidente, é no sentido de que o IBDF, que o ITC, que têm a missão de preservar as florestas, de disciplinar a política ecológica do Estado do Paraná, tomem uma medida determinante, coerente com as exigências que hoje precisam ser colocadas no nosso Estado.

E a estranheza que causa à população, é de que nenhuma autoridade tomou qualquer conhecimento. E, ao contrário, engenheiros agrônomos lotados naquela região, com receio de perder o emprego, não dão sequer qualquer informe a respeito da autorização para esta devastação florestal.

Sr. Presidente, não se encontra mais coerência na atitude governamental de uma forma mais global.

E fica aqui, Sr. Presidente, a nossa indignação junto ao nosso apelo, de que as autoridades assumam a responsabilidade de colocar um paradeiro nesse processo predatório que já compromete a própria ecologia do Norte do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, segundo orador inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna para encaminhar um expediente à Mesa diretiva dos trabalhos, ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, com o seguinte teor: (Lê o expediente):

Fazemos esta solicitação porque, quando tramitou nesta Casa, o ano passado, o projeto de reclassificação do funcionalismo estadual, nosso Partido apresentou várias emendas que

foram inseridas dentro daquela Mensagem Governamental.

Dentre as emendas formuladas, encontrava-se a que previa o enquadramento de cento e quarenta e poucos funcionários que estavam servindo a Secretaria das Finanças e que não estavam efetivados como Agentes Fiscais - AF-4 - e qual não foi a surpresa após a homologação dessa lei, que levou o número 7424, datada do dia 17 de dezembro de 1980, e que instituiu todo o Plano de Classificação de Cargos, e verificamos que tais funcionários não foram enquadrados. Sendo que, no lugar deles, alguns que nem prestavam serviços na Secretaria das Finanças foram enquadrados, pois de acordo com o Diário Oficial de 27 de fevereiro do corrente ano, na página 3, pudemos observar, Sr. Presidente, que quem prestava serviços como porteiro, escriturário, motorista, telefonista, foi enquadrado como Agente Fiscal 4, na Secretaria das Finanças.

Então, apresentamos este requerimento para que essa situação seja corrigida e solicitamos a todos os Srs. Deputados que votem favoravelmente para que esses cento e quarenta e poucos funcionários, que prestam serviços há vários anos na Secretaria das Finanças, sejam enquadrados e seus reclamos sejam atendidos. Porque não é possível que porteiros e motoristas, tenham sido enquadrados como Agente Fiscal, nível AF-4, e quem presta serviços na Secretaria das Finanças não o tenha sido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós justificamos um requerimento que felizmente recebeu o devido acolhimento por parte dos nobres colegas que compõem este Poder, fazendo um apelo ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, bem como ao Sr. Presidente do IBC, no que diz respeito a difícil situação porque passa a nossa cafeicultura, não só a do nosso Estado, como a cafeicultura nacional, e, dentre as várias sugestões, dentre os vários apelos e reivindicações que nós, como representantes do povo, fizemos naquele requerimento, uma delas consistia num pedido de prorrogação dos débitos dos financiamentos de custeio e para plantio, que um sem número de cafeicultores de pequeno e médio portes estão envolvidos junto principalmente, ao Banco do Brasil.

E nessas nossas andanças interioranas, em contato com esses cafeicultores, esses pequenos produtores, pudemos sentir que, a sua maior preocupação ou a preocupação imediata, consiste exatamente no vencimento desses financiamentos. Porque eles indagam da gente o seguinte: se a situação já estava ruim antes da geadada e nós já na época não sabíamos como é que iríamos fazer para saldar os nossos compromissos junto ao Banco do Brasil, como é que nós ficaremos agora, depois da geadada, para termos que cumprir com este compromisso assumido junto a esse estabelecimento bancário?

Realmente, a situação é desesperadora; tanto é desesperadora, que segundo levantamento feito por técnicos da Secretaria da Agricultura, esta geadada ocorrida recentemente no Paraná causou um prejuízo de sessenta e um bilhões de cruzeiros aos cofres públicos do Estado. E as decorrências sociais desta geadada, são as mais drásticas possíveis.

Segundo este mesmo levantamento que a Secretaria da Agricultura fez, já existe em torno de quarenta mil desempregados, quer desempregados diretos ou indiretos, no caso, os trabalhadores volantes que são mais conhecidos por "bóias-frias", e, o café e o trigo foram as culturas mais atingidas; calcula-se, estima-se em torno de 500.000 toneladas de trigo, o total de perdas em decorrência desta geadada.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante desse quadro

dramático, diante dessa realidade entristecedora porque atravessa a classe produtora do Paraná em especial os cafeicultores, os trabalhadores que vivem em função do café e os triticultores do nosso Estado, o Senador Leite Chaves, do meu Partido - PMDB, que é Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, apresentou ontem um projeto que visa prorrogar os débitos de financiamento de custeio e plantio da cafeicultura.

Então, nós voltamos à tribuna, para hipotecar a nossa solidariedade em nome do nosso Partido a essa iniciativa do Senador Leite Chaves, e esperamos que os demais membros do Senado Federal e também da Câmara Federal hipotequem idêntico apoio para que esse projeto se torne realidade.—

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reuniu-se ontem no DASCISA, o Movimento contra a carístia.

Na oportunidade, se fizeram presentes várias entidades, líderes sindicais e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Nessa reunião foi elaborado um manifesto, o Manifesto contra a carístia, de Curitiba. (Lê):

"Enfrentar esta dura crise e drástica situação que se abate sobre o País tem sido a tarefa presente no dia-a-dia do povo. Em todos os pontos do País as consequências da política econômica adotada após 64 ao lado da social, se traduzem em fome, desemprego em massa, greves, marginalização e lutas sangrentas no campo.

Em 1980, quando os efeitos dos erros do regime se tornaram evidentes, a inflação chegou aos cento e vinte por cento. Os índices de custo de vida foram muito maiores, e se transformaram, ao lado da política salarial de arrocho, os flagelos da vida da população trabalhadora.

Foi neste ano que tivemos as mais cruas informações: a de que a cada minuto morria uma criança no Brasil, vítima da fome, da doença, da marginalização. E em 1981, quando se anunciava que as coisas iam melhorar, o que temos visto é o desinteresse total do governo. Os gêneros de primeira necessidade se tornaram artigos de luxo para grande parte da população. O leite subiu mais de cento e trinta por cento em doze meses, o pão saltou de Cr\$ 3,00 para no mínimo Cr\$ 4,00, pois o preço foi liberado em todo o País; a carne teve acréscimo de duzentos por cento. A consequência direta e imediata da carestia foi a queda no consumo dos alimentos. Hoje come-se menos do que em 1980. E é provável que, se a situação permanecer se agravando, que comamos muito menos em 1982. O consumo "per capita" que, em 1979 era de 22 quilos anuais, baixou para 16 quilos. Nos supermercados registra-se a queda de quinze por cento em média nas vendas. Dado ainda duvidoso porque empresários temem divulgar os verdadeiros índices, com medo da concorrência.

Não só os alimentos servem como meio de aferição da crise econômica. Os aluguéis, as prestações do BNH, energia elétrica, as tarifas telefônicas, a taxa de água e esgoto, passaram a somar-se às dificuldades para a manutenção familiar. O Governo, que vende a energia, não teve ennhum pudor em estabelecer aumentos absurdos. E o mesmo se deve a quase todos os setores acima citados. Acabou o controle de preços no País. E, mais do que nunca, se estabeleceu o controle rígido sobre os aumentos salariais, que hoje não passam de reajustes abaixo da inflação e do custo de vida.

Em nenhum lugar do Brasil se pronuncia a palavra "desemprego" sem temor ou como uma dura realidade. O Governo

admite ter doze milhões de desempregados no País. Somente no setor industrial, três milhões. Todos estes dados devem ser vistos como duvidosos. Diariamente, em todos os centros industriais se tem notícia de demissões em massa. E sabemos que existem cerca de quarenta milhões de brasileiros enfrentando as desgraças da marginalização, vivendo de subempregos, em favelas, valetões, na periferia das grandes cidades.

O Paraná viu milhares de seus braços serem expulsos nestes últimos anos. A terra volta às mãos dos latifundiários e acelera-se o processo de concentração de terra.

O êxodo rural tem contribuído para o aviltamento salarial nas zonas urbanas. Hoje, há milhões trabalhando cerca de 12 horas por dia. Enquanto isso, os salários perdem seu valor. E nos últimos vinte anos, foi desvalorizado, em termos absolutos, em cinquenta por cento. Não existe segurança no emprego, e a política previdenciária não tem cumprido com as mínimas obrigações, apesar dos descontos automáticos. O FGTS é o terror dos operários, dos trabalhadores em geral, que perderam sua estabilidade.

A Previdência Social, que segundo dizem fez cair um dos principais homens do governo, se tornou, aí invés de sinônimo de segurança, em ameaça. Querem jogar nos ombros dos trabalhadores do Brasil o "furo" inexplicável da Previdência Social.

Inexplicável porque bilhões de cruzeiros desapareceram dos seus cofres nesses anos de regime arbitrário e muitos foram parar nos cimentos de usinas hidrelétricas vultuosas, e até no projeto nuclear que ameaça a vida de todos os trabalhadores.

Sabemos que é o próprio Governo devedor da Previdência Social, e que os clubes de futebol se enquadram entre eles também, sem punições.

Entretanto, argumentando que falta dinheiro para a assistência médica, querem nos colocar como responsáveis, sob a alegação de que é a pessoa física quem recebe, e, portanto, deve por ela pagar. Se esquecem os governantes que são as pessoas físicas deste País, os trabalhadores, que constroem tudo que está em pé.

Outros segmentos da sociedade, como os aposentados, também estão sob ameaça. Esquecendo-se de que a perspectiva de vida do brasileiro é de 61 anos, o Governo quer colocar como idade mínima para aposentadoria os 60 anos. E mais: os aposentados que voltarem a trabalhar perderão parte de seus ganhos.

Toda esta situação, agravada com a carístia, nos coloca uma série de tarefas. E temos que nos preparar agora para este desafio para não cairmos num fosso profundo e não termos como sair depois.

Devemos partir para esta luta mais imediata, que é o "pacote da previdência", o maior assalto que já se tentou cometer contra o povo, nos organizar neste combate, unidos abertos ao debate, para mobilizarmos as mais amplas massas.

Devemos colocar como norte as justas resoluções do I Congresso do MCC, realizado em dezembro do ano passado em Belo Horizonte, até que outro congresso, já marcado, as resolva modificar. Devemos adaptar estas resoluções às condições locais, mas tendo em vista que o regime, que no Norte, Nordeste ou Leste esmaga o trabalhador com as injustiças e erros, também é responsável pelo que ocorre no Sul.

Devemos nos colocar em estado de alerta a todas as informações divulgadas pelos poderes públicos, pois, nelas, muitas vezes estão contidas intenções contrárias aos interesses populares.

A defesa destes interesses é o ponto básico da luta empreendida pelo movimento contra a carístia.

Devemos incrementar todos os trabalhos existentes a nível de núcleos, e que carregam a bandeira contra a carístia.

O mesmo deve ser feito a nível de sindicatos, associações de bairros, entidades estudantis e democráticas e partidos polí-

líticos.

Todos estes enfrentamentos devem ter como objetivos imediatos a mobilização, organização e politização do povo. Devemos ter como base que a luta pela torneira não termina com a sua instalação. Que autoridades diretamente ligadas às questões específicas devem ser cobradas como responsáveis diretos, mas são serviçais de um sistema de governo instalado à força no País já quase 20 anos.

Nossa luta é política.

Apesar de seu caráter imediato, deve-se pautar pela organização popular, visando objetivos mais amplos. Por esta amplitude, que estrapola diferenças ideológicas ou formas de organização, podemos estar unidos. E esta unidade, em torno da conquista da organização popular, pode ser iniciada aqui, com a ampliação da coordenação existente.

Esta coordenação deverá levar como lutas imediatistas:

- 1— REPÚDIO AO PACOTE DA PREVIDÊNCIA
- 2— CONTRA A LIBERAÇÃO DE PREÇOS DE ALIMENTOS
- 3— PELO CONGELAMENTO DOS PREÇOS DE GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE: ARROZ, FEIJÃO, ÓLEO, CARNE, LEITE, OVOS, PÃO, CAFÉ, FARINHA.
- 4— CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS: ALUGUÉIS, TRANSPORTE.
- 5— PELA REFORMA AGRÁRIA
- 6— PELO AUMENTO SALARIAL ACIMA DO CUSTO DE VIDA, CONTRA O ARROCHO E O DESEMPREGO.
- 7— ESTAS LUTAS CONVERGIRÃO PARA AMPLAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS EM TODOS OS ESTADOS NO DIA 27 DE AGOSTO MARCANDO O DIA NACIONAL DA LUTA CONTRA A CARESTIA — CAMPANHA NACIONAL PELO CONGELAMENTO.
- 8— PELAS MAIS AMPLAS LIBERDADES POLÍTICAS.

Curitiba, 10 de agosto de 1.981.

REUNIÃO DASCISA:

- 1— Contra Pacote Previdência
- 2— Pelo Congelamento dos Gêneros Alimentícios
- 3— Pela Ampliação do Movimento Contra a Carestia.

CARTA DE PRINCÍPIOS

O MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA, entidade de coordenação das lutas contra o aumento de vida, tem como princípios:

- LUTAR CONTRA A CARESTIA, NÃO SÓ RELATIVA AOS ALIMENTOS, MAS A TODOS OS ÍTENS QUE COMPÕEM A DESPESA FAMILIAR, ESPECIALMENTE DO TRABALHADOR.
- LUTAR PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS ACIMA DA INFLAÇÃO E DO CUSTO DE VIDA.
- LUTAR PELA REFORMA AGRÁRIA E TER NOS TRABALHADORES RURAIS SEUS ALIADOS DAS LUTAS NA CIDADE.
- LUTAR CONTRA O DESEMPREGO E PELO SALÁRIO-MÍNIMO REAL.
- LUTAR PELA GARANTIA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NAS CIDADES E NO CAMPO.
- LUTAR PELO CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE E SERVIÇOS ESSENCIAIS.
- LUTAR PELAS MAIS AMPLAS LIBERDADES POLÍTICAS.

O Movimento Contra a Carestia é um movimento amplo, aberto a todas as entidades ou pessoas interessadas em carregar e defender a bandeira contra o custo de vida, independentes de credo, raça ou ideologia.

MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA
COORDENAÇÃO PRÓ-MCC DE CURITIBA"

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto

Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje, trazendo dois assuntos que julgo de suma importância. Um, já bastante badalado nesta Casa, mas, também não poderia de deixar de manifestar-me a respeito deste assunto que é o aumento da contribuição do INPS.

É de se estranhar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a atitude, a posição adotada pelo Sr. Ministro da Previdência Social, Deputado Jair Soares, pessoa que eu tenho grande respeito e que já tive a oportunidade de ser recebido em seu gabinete por duas vezes, mas, digo a minha estranheza, pelo fato de ser o único parlamentar a ocupar um ministério que num momento em que os tecnocratas se propõem, num cálculo de gabinete, num cálculo rápido a elevar a contribuição do INPS, vindo tirar quase que a condição de sobrevivência, principalmente do operário, daquele do salário-mínimo. Dele não ter o cuidado de determinar que fosse encontrada uma outra solução que não esta.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esta situação e a pretensão do aumento da previdência, irá proporcionar um maior número de desemprego, irá trazer sérias dificuldades, quando nós sabemos que, o Governo da União deve uma importância vultuosa à Previdência Social. Quando nós sabemos que aqui em Curitiba, talvez poderá existir em outros Estados, a péssima administração com o antigo hospital Santa Cruz fechado, treze andares sem aproveitamento e o INPS pagando soma vultuosa com o aluguel para ocupação de outros departamentos aqui nesta Capital.

Creio que isto deve ocorrer também, em outros Estados. É preciso que se tenha um cuidado, se há dificuldade na receita, que tenha um pouco de cuidado na despesa, na aplicação desses recursos com a administração não querendo onerar diretamente o contribuinte. Porque se o operário que ganha o salário-mínimo, a única fonte que ele tem para aumentar a sua renda será fazer mais duas horas extras, que correspondem no máximo a 30% dos seus vencimentos. Vem o BNH, trazendo uma majoração de 70%, pensam agora em elevar a contribuição previdenciária e, não falando em outros aumentos.

Era preciso que esses tecnocratas tivessem o cuidado de um levantamento e uma análise, um orçamento do contribuinte, do operário, quanto ele ganha e como ele vai pagar todas essas contribuições.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha preocupação também, é com referência ao INCRA. Se por um lado veio regularizar as áreas de terras em litígio, o que poderia ser transitório, procurou ampliar suas atividades, burocratizando e criando dificuldades até nas transações imobiliárias.

Se falece um proprietário rural, sua família tem dificuldade em dividir e documentar a área, obrigando muitas vezes a vender o imóvel a preço irrisório para dividir o produto, tirando a família da área rural.

Se uma região quer organizar uma Cooperativa tem dificuldade, porque o INCRA arbitrariamente negocia a área de ação.

Nos lançamentos é cobrado o Imposto Territorial Rural, taxa para o Contag, taxa para a Confederação Nacional da Agricultura e Taxa de Cadastro (1,25 avos sobre o maior salário).

Não se contenta o INCRA com a taxa de cadastro e vem retendo indevidamente 20% do Imposto Territorial Rural a título de custeio de serviço prestado pelo INCRA, levando os municípios que já enfrentam sérias dificuldades financeiras.

No § 1.º, do Art. 24 da C.F. diz que pertence aos municípios, o produto da arrecadação do imposto mencionado

no item III, do artigo 21 da C.F. incidente sobre os imóveis situados em seu território.

No § 3.º do mesmo artigo, diz que independente de ordem superior, em prazo não maior de 30 dias, a contar da data da arrecadação e sob pena de demissão, as autoridades arrecadadoras dos tributos mencionados no § 1.º entregarão aos municípios as importâncias que a eles pertencem, à medida que forem sendo arrecadados.

Não pude conter-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa reunião da Associação do Município do Vale do Ivaí, realizada no dia 31 do mês passado, em Ivaiporã, quando o Prefeito anfitrião consultava os Prefeitos da pretensão de outorgarem procuração a um Escritório de Advocacia, em Brasília, para requerer o pagamento retido dos 20% nos últimos cinco anos.

Não é possível que o INCRA contrarie até dispositivos constitucionais para lesar os municípios e estes só recebam o que lhes pertence através de ação judicial. Espero que o INCRA cumpra a Lei Maior que é a Constituição, restituindo aos municípios, essa retenção indevida.

E nestes termos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa, um requerimento, formulando um apelo ao Presidente do INCRA, relativo a desconto do Imposto Territorial Rural. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja encaminhado apelo ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA—INCRA, no sentido de suspender o desconto de 20% que vem impondo aos municípios no produto do imposto sobre propriedade territorial rural, previsto no § 1.º, do Art. 24, da Carta Federal, contrariando o preceito do § 3.º, do Art. 24, da mesma Carta.

A suspensão do desconto evitará o ingresso dos municípios prejudicados, na Justiça, a fim de recuperar tais recursos com prejuízos a ambas as partes.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981”.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero congratular-me com Vossa Excelência por trazer um assunto realmente de grande importância, principalmente para o setor rural, não só do Paraná, mas do Brasil todo.

O Brasil todo hoje realmente se vê num emaranhado de truques pelo INCRA, cuja finalidade é exclusivamente recolher tributos.

A finalidade principal do INCRA, ex-IBRA, instituído através do Estatuto da Terra, em 30.11.64, apesar de todo o arrazoado, as justificativas, as belíssimas mensagens que o ex-Presidente Castello Branco floreceu o Estatuto da Terra na criação do IBRA, que mais tarde se transformou em INCRA, fugiu totalmente à sua finalidade.

A finalidade do INCRA é exatamente promover a reforma agrária, a distribuição de terras neste País.

E o que faz, hoje, o INCRA?

Nestes últimos anos, para se ter uma idéia, mais de quatrocentas modificações foram feitas em cima da lei, Estatuto da Terra, referente ao problema de terras neste País.

Mas, a finalidade principal, aquela para a qual realmente foi criado, o Estatuto da Terra, a reforma agrária, absolutamente. Ao Contrário. Reforma agrária, ao invés de ser realizada, se transformou num palavrão neste País.

Todo mundo que fala em reforma agrária é tido como subversivo, como agitador que quer tomar terra, que quer promover revolução no campo, que quer agitação, que quer mão armada, tudo isso.

E, no entanto, o INCRA fica exatamente, aumentando tantos impostos em cima da agricultura do Paraná e do

Brasil. E, para que isso?

Exatamente para acontecer como aconteceu recentemente no nosso Estado, quando o Sr. Paulo Iokota, Presidente do INCRA, esteve na cidade de Chopinzinho, com quatro aviões fretados, com sua esposa, seus filhos, altos funcionários do INCRA, com as esposas e filhos, aproveitando, com esses mesmos aviões, para passar fins de semana, com diárias, em FOZ DO IGUAÇU.

É para isso que serve o dinheiro do INCRA arrecadado do agricultor brasileiro e não para se promover uma melhoria na política agrária brasileira; não para recolher de milhões e milhões de trabalhadores, de famílias que estão hoje mudando para a Argentina, Uruguai e Paraguai, nas favelas das grandes cidades, do interior todo; não para se fazer a reforma agrária para aumentar a produção e matar a fome de milhões de brasileiros. Mas, exatamente para isso, nobre Deputado: o INCRA se transformou exclusivamente num agente arrecadador e, pelo menos, se arrecadasse para promover uma política agrária razoável, a contento daquilo que se espera neste País, seria louvável.

Mas, o INCRA se transformou num arrecadador de tributos, para pagar altas diárias, mordomias, viagens ao exterior ao Sr. Paulo Iokota e tantos outros que estão acobertados dentro do INCRA.

Portanto, quero me parabenizar com Vossa Excelência, por ter trazido este assunto. São raríssimas as pessoas que estão no INCRA, hoje, para trabalhar. O resto, faz parte de uma panela acobertada financiada e subsidiada por este tributo em cima do agricultor, tão pesado que está, no nosso País.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, meu caro Deputado Lázaro Dumont, e afirmo, meu caro Deputado, como disse no início da minha fala, que o INCRA deveria ser transitório, para legalização dessas terras em litígio. Não tem mais finalidades, e o que tem feito é prejudicar.

Nós conhecemos aqui nas proximidades de Curitiba, áreas de dez e doze alqueires abandonados, porque faleceu o chefe da família e eles não conseguem fazer a divisão, de tanta burocracia e tanta complicação que é necessária, aqui, onde há condições de sobrevivência. Uma área de dois alqueires não consegue por que o número de módulos não é suficiente e não se permite fazer a divisão. Acabam, assim, as famílias, de dois, três, quatro irmãos, que não podem viver juntos, acabam abandonando esta área, vindo para os grandes centros, criando dificuldades.

E, ainda mais, a maneira com que vem agindo o INCRA, lesando o município, contrariando dispositivo constitucional, tirando 20% que pertence ao município, que poderia, muito bem, através desses municípios, serem restituídos em favor do agricultor, com a construção de carreadores, com a construção de curvas de níveis, com a construção de açudes. Mas, não. O INCRA se apossa e para os municípios reaverem isso, é preciso recorrerem à Justiça, para conseguirem a devolução, como conseguiram, ainda recentemente, vários municípios do Estado de São Paulo.

Quero ler, neste momento, o final de uma sentença proferida pela Justiça Federal, sobre decisão de recursos já apresentados por prefeituras do Estado de São Paulo.

(Lê):

“Em face do exposto, julgo procedente a presente ação e o faço para condenar o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA a pagar às PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DE GUAÍRA, ITAPEVA, ITARARÉ, JÚLIO MESQUITA, LUIZIÂNIA, OURO VERDE, PEDREIRA, PEREIRA BARRETO, PIEDADE, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, PIRAPOZINHO e

TAMBAÚ, as importâncias que reteve com base no disposto no art. 4.º, do Decreto-Lei n.º 57/66, respeitado o prazo prescricional, com o acréscimo de juros moratórios contados da citação inicial e honorários de advogado, que arbitro 8% (oito por cento) sobre o total da condenação (art. 20, § 4.º, do C.P.C.), apurando-se o montante em execução de sentença, por artigos de liquidação.

Inaplicável à espécie correção monetária, posto tratar-se de dívida de dinheiro e não de valor.

Goza o réu, autarquia federal que é, de isenção de custas.

P. R. e I.

São Paulo, 28 de agosto de 1.978

HOMAR GAIS

Juiz Federal da Oitava Vara”

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — No horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deve-se louvar que, por esta tribuna, nestes últimos dias, vários Srs. Deputados usaram seu espaço de tempo para transmitirem a sua apreensão com respeito às mudanças que se fala hoje, a respeito da Previdência Social.

Gostaria, também, para que constasse dos Anais da Casa ler um documento que é subscrito pela Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores da Indústria da Construção Imobiliária do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de Curitiba, documento que está sendo encaminhado ao Sr. Presidente da República, mostrando, mais uma vez, a apreensão das classes trabalhadoras com as notícias vinculadas hoje sobre a mudança da sistemática da Previdência Social.

O documento está vazado assim: (Lê):

“Sr. Presidente.

Os signatários da presente, todos representantes de Entidades Sindicais, de primeiro e segundo grau, falando em nome dos trabalhadores araucarianos, de todas as atividades, tomam a liberdade de vir diretamente à presença de vossa Excelência para traduzir o justo clamor que se alevanta dos corações obreiros desta terra, face a situação em que se encontra a Previdência Social do País, e o verdadeiro crime que se está pretendendo perpetrar contra a massa assalariada, paranaense e nacional.

Escrevem com o coração aberto e porque têm na alma a certeza de que Vossa Excelência é um homem honrado e bem intencionado. E que não deseja passar à História levando a todos os seus descendentes a nódoa indelével de haver sido o causador de monstruosa agressão à população brasileira.

Em hipótese alguma, os trabalhadores concordarão, em nenhum tempo, em que sejam alteradas, para pior, as condições de aposentadoria. Começamos a trabalhar, ainda meninos, por imposições diversas. Assistimos, inquietos, a nefasta unificação da Previdência Social, que extinguiu o IAPI, o IAPC, o IAPB e outros IAPs, trazendo a certeza de aposentadoria única, subordinada a tetos e a média de muitos meses, corroída pela inflação, além de achatamento progressivo nas pensões em geral, eis que feita a correção completamente defasada da realidade inflacionária, o que determina que velhos aposentados e viúvas, sejam lenta e inexoravelmente levados a uma condição de quase mendicância, espalhados por todo este País.

Quer agora, estabelecer limite mínimo de tempo de serviço igual a 35 anos, aliado a uma idade inicial de 60 anos, tra-

duz-se em penalidade tão grande que podemos afirmar, com muita pequena margem de engano, que praticamente ninguém mais se aposentará, no Brasil!

Por outro lado, o nível de vida do trabalhador, cada vez pior, vem sendo usurpado pelas escorchantes elevações das prestações impostas pelo Banco Nacional de Habitação, a um nível tal que outro caminho não resta a muitos, que não a entrega da casa; pelos sucessivos e prejudiciais aumentos dos derivados de petróleo que na sua esteira odiosa consome o orçamento doméstico de cada um, já que a cada elevação não se diminui qualquer consumo - já limitado ao extremamente necessário - mas simplesmente alimenta-se a fogueira inflacionária, pelo excessivo preço do álcool, totalmente produzido no País, e que virou, afinal, fonte de receita!

Não é tudo, Sr. Presidente!

Fala-se agora, em aumento de mais dois por cento para o empregado e para o empregador. O empregado vai ser punido em dobro, porque além do que paga diretamente, pagará indiretamente no custo de vida, pois do couro sai a correia. Tal aumento representa uma elevação real de vinte e cinco por cento sobre a contribuição atual, e jamais tapará déficit algum, pois este tem outras origens.

E estas origens dos prejuízos previdenciários, Sr. Presidente, o Senhores sabe melhor do que nós. Aliás, qualquer brasileiro sabe, mesmo os de nível colegial, ou até sem nível algum.

Em primeiro, Vossa Excelência ainda era Major e já aprendeu nos cursos que percorreu, que a Previdência Social, no Brasil, é um tripé de duas pernas, montado para funcionar com tríplice contribuição, Governo, Patrão e Empregado, o sistema assim não tem sido suprido: o Governo não cumpre a sua parte! E mais: sendo a parte inadimplente, é a única que administra ...

Em segundo lugar está a desencontrada administração previdenciária: montando prédios faraônicos, fazendo negócios desastrosos; como exemplos aos punhados temos no Paraná (basta lembrar o caso do Hospital Santa Cruz), empregando fantasmas a preço de técnicos de alto nível, manipulando contas e resultados em "hospitais", possibilitando rendas pessoais e individuais de vários milhões de cruzeiros ao mês. Tudo isto, Sr. Presidente, está diariamente nos veículos de comunicação!

De outro ângulo, o desmembramento da Previdência em três segmentos, somente serviu para aumentar empregos e despesas, em números tão conhecidos, que dispensam maiores comentários.

Solucionar, Sr. Presidente, não é fácil, mas não é impossível. Não é ao trabalhador que se deve sacrificar. Antes disso, tomem-se algumas medidas: a) que o Governo recolha, com correção monetária e juros, o que deve para a Previdência Social, de maneira total, e sem escusas de qualquer natureza; b) que as Prefeituras deste País e, segundo consta, mais de noventa por cento delas é devedora em larga escala, sejam obrigadas a cumprir os recolhimentos atrasados, atuais e futuros, com multas e correção, como empregador comum que são. Que deixem as receitas utilizadas em fontes luminosas, em coretos, em obras completamente desnecessárias, e cumpram o seu dever como empregador. Não se justifica, afinal, que a fiscalização previdenciária aniquile como modesta oficina de fundo de quintal, e deixe completamente a vontade Prefeituras remissas a décadas; c) que os grandes clubes de futebol - e também os mais modestos - tenham as suas dívidas em dia. Não adianta querer agradar ao povo com o circo esportivo, quando o preço de tal diversão atinge nossos filhos e nossos netos; d) que as entidades turfísticas, que aí estão espalhadas por esta Nação, sejam compelidas ao recolhimento previdenciário. Aliás, é interessante que haja isenção para corrida de cavalo, que é um jogo, mas não há para quem produz leite,

pão e carne; e) que sejam prestadas contas a nós todos sobre as empresas devedoras da Previdência Social. Acima de tudo, as classes trabalhadoras paranaenses exigem do Governo as soluções imediatas para a atual crise financeira previdenciária, reivindicando o retorno da direção e administração da Previdência Social aos seus legítimos interessados, ou seja, a classe trabalhadora e empregadora, pois, na realidade são os únicos que arcam com a manutenção da Previdência no Brasil e não é justo que nas horas de decisões não sejam ouvidos. Os jornais, tempos atrás, divulgaram matéria do próprio Governo, relacionando centenas de empresas que devem milhões à Previdência Social. Até agora não se teve notícia, mesmo em caráter municipal, de uma só delas, que houvesse recolhido o débito aos cofres previdenciários. Neste mesmo tempo, porém, continuamos a ser informados de leilões realizados em executivos fiscais, onde tornos mecânicos, máquinas de escrever e pequenas ferramentas, em montantes insignificantes, são prateados para dar à Previdência alguns magros cruzeiros. Não se justifica, é certo, que os mais débeis, apenas, paguem por todos, f) desejamos seja saneada a administração da Previdência Social. Ninguém duvida do potencial do SNI, e dos órgãos federais de informação. Reconhecemos que tais órgãos sabem até o volume de comida que um trabalhador come, e quanto deveria utilizar, se pudesse. Em menos de vinte e quatro horas, tais órgãos podem oferecer a Vossa Excelência quem são os ociosos previdenciários; os "aposentados" internos, e eventualmente outros senões.

São apenas algumas sugestões, Sr. Presidente, sem apenas o trabalhador, quer todos os meses em seus magros salários, quer no que há de mais sagrado que são as aposentadorias e pensões. Não se esqueça Vossa Excelência que, cientificamente provado, a vida média do trabalhador está em sessenta anos. Assim o que é que o Governo pretende que o trabalhador aproveite, depois de toda uma existência dedicada exclusivamente ao trabalho e ao engrandecimento da Nação? Pois, é no labor de cada um, e de todos, que está calcado o progresso, sendo certo que tal esforço há que merecer um prêmio, que possa ser desfrutado!

Terminando, Sr. Presidente, só podemos ratificar o reclamo dos trabalhadores paranaenses, elevando bem alto a voz para que Vossa Excelência não compactue com as barbaridades pretendidas. Somos réus, Sr. Presidente, neste instante de sinceridade. De ouvir elogios de áulicos ministros interessados em permanecer no cargo, Vossa Excelência há de estar cansado. Nossa palavra, desligada de qualquer interesse pessoal, representa as mais justas preocupações da classe operária, que se sentem ameaçadas de pagar por algo de que não participam. Afinal, se erros administrativos, clamorosos e evidentes, levaram à pré-falência o sistema previdenciário brasileiro, não foram os trabalhadores, evidentemente, quem causou tal problema, não sendo justo que sejam os maiores prejudicados.

Mude-se primeiro, a estrutura!

Desloque-se para o Ministério da Saúde o programa médico assistencial, pois, afinal, dele é a responsabilidade pelo povo sadio, independentemente até mesmo de qualquer contribuição.

Não se queira gravar, mais ainda, o trabalhador, pois, se hoje se quer elevar para dez por cento o percentual de contribuição, é mais do que certo que, no próximo déficit, se queira elevar para quinze ou mais ainda, o prêmio previdenciário. Não se pode abrir qualquer precedente, pela extrema facilidade, em futuro, o mesmo remédio vir a ser utilizado, sabe-se lá em quais critérios!

Poupe, Sr. Presidente, os trabalhadores e a Nação! O casuísmo jamais resolveu problema algum, a não ser temporariamente. Somente medidas reais, sérias, efetivas e concretas, como os poucos exemplos que pudemos oferecer, trarão resultados duradouros e definitivos.

Medidas simplistas e casuístas, somente farão com que, na efetividade de disponibilidade de maior numerário, mais depressa seja o mesmo consumido, na esperança ou certeza de que a fonte estará sempre aberta.

Sr. Presidente: ao trabalhador resta apenas o amor por nossa família e nossa Pátria. Queremos morrer com tais amores. Que nossa mensagem encontre Vossa Excelência em paz e com os olhos voltados para o bom senso e para o bem!

Atenciosamente,

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO
MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA
AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
DE CURITIBA"

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, faço este aparte e agradeço a Vossa Excelência, apenas para cumprimentar-lhe.) Normalmente, a gente aparteia ao orador para acrescentar alguma coisa, mas, nesta oportunidade, eu apartei a Vossa Excelência apenas para cumprimentar-lhe pelo longo, laborioso e profundo e oportuno discurso que Vossa Excelência faz nesta tarde e um assunto que vários Deputados já abordaram.

Realmente, Deputado Lázaro Dumont, é lamentável que nós estejamos a reclamar, a gritar, a esperar contra essa medida e, cada dia que passa, a gente sinta através das notícias que vazam do Planalto Central, de Brasília, dos gabinetes daqueles que decidem as coisas, verificamos que isto deverá ocorrer mesmo. Infelizmente, e, é lamentável que Vossa Excelência que representa parcela ponderável do trabalhador do Paraná e os Deputados que aqui estiveram e estão, representando parcela do povo paranaense e do Brasil todo a nível federal e dos outros Estados, tenham reclamado também e, dificilmente, adiantará essas lamúrias feitas por todos os representantes do povo brasileiro.

Lamento profundamente, que os ouvidos do Poder Central, os ouvidos daqueles que decidem as coisas estejam fechados a esses reclamos, que é realmente um absurdo nós onerarmos nesta altura da vida brasileira, ainda mais o trabalhador.

Tenho a certeza - se isso realmente ocorrer - será talvez assim, uma das piores medidas dos últimos tempos, tomada. Porque, nós abriremos as portas para medidas casuísticas deste naipe, - vai ficar muito fácil administrar - é só o dinheiro não dar, que se cria ou se aumentam os impostos para que se possa cobrir o déficit. O difícil é administrar dentro de um orçamento, dentro de uma previsão, dentro de uma estrutura, dentro de uma quantidade. Isto que é arte, que é espírito público, que é realmente a condição que a pessoa tem para elaborar um plano de trabalho e trabalhar em cima dele. Agora, trabalhar com um orçamento, ou com uma dívida, ou com uma receita que pode ser ampliada no momento que for necessário através

de novas medidas para aumentar essa receita é muito fácil.

Cumprimento Vossa Excelência pelo discurso que fez nesta tarde.

Obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — E para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Previdência é, em última análise, um órgão de prestação de serviços. Uma empresa cujos acionistas são trabalhadores e patrões. São essas duas categorias que mandam os seus recursos, suas contribuições a esta Previdência. Mas nunca esta classe numa empresa em que eles são acionistas, porque a outra parte não cumpre com a sua parcela. Eles não têm a mínima possibilidade na indicação, na direção e na administração.

Quando se quer nomear um representante do INPS, do INAMPS, do IAPAS, se consulta os comandos políticos; menos aqueles que são realmente interessados na Previdência Social, que são os contribuintes e os beneficiários.

Muito obrigado, Sr. presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. JOSÉ TAVARES — Usará do horário reservado à Liderança do PMDB, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — A Bancada PMDEBISTA expressa apoio a Associação Curitibana dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, recentemente criada, por entender ser vital para o povo brasileiro, a sua organização. (Lê): "Organizada, esta Nação poderá se mobilizar e alcançar sua libertação em todos os sentidos. E o PMDB que por princípio básico identifica-se com as lutas e interesses sociais, políticos e econômicos da grande maioria dos brasileiros, e considera que só o amplo acesso das camadas populares às responsabilidades políticas, e aos benefícios econômicos, pode garantir a unidade, a segurança e o desenvolvimento do País, traz sua solidariedade aos mutuários do BNH, manifestando apreço à iniciativa e aplauso ao manifesto de fundação que passamos a expor desta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS MUTUÁRIOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO

Ao longo da nossa história, o homem brasileiro tem sido sistematicamente excluído de todos os processos de condução e decisão dos problemas e questões que dizem respeito à sua própria vida, seu destino, sua felicidade.

Lentamente, nos dias de hoje, o povo deste País começa a se conscientizar dos prejuízos advindos desta situação, e principia a dar mostras de que deseja imperiosamente participar, influir, ser ouvido, decidir.

Em todos os campos da atividade, o sistema sócio-político-econômico em vigor no Brasil é elitista, concentrador, marginalizando camadas cada vez mais amplas da população dos benefícios do desenvolvimento, e melhorando até o infinito a situação de uns poucos privilegiados.

No campo, a política favorável ao latifúndio expulsa o trabalhador da terra, cria o "bóia-fria" em assustadora quantidade, provoca o êxodo rural e dá a luz o favelado urbano; na cidade, o achatamento salarial proletariza as camadas médias; irmanado com a inflação galopante, inferioriza as donas de casa, sacrificando o acesso das famílias aos bens mais elementares à sobrevivência; a educação é elitizada; a privatização

do ensino patrocinada pelo Governo restringe o acesso à universidade, à cultura, ao conhecimento a faixas cada vez mais privilegiadas da população, excluindo maiorias sempre mais significativas.

No que respeita à política habitacional, não poderia ser diferente.

Os recursos extraídos do suor do povo, através da apropriação de seu fundo de garantia e de seus depósitos, em cadereta de poupança, não são utilizados para beneficiá-lo com uma política habitacional realmente conseqüente, voltada em sua direção.

São, isto sim, desviados para fins estranhos à habitação popular.

Itaipu vai usar dinheiro do fundo de garantia do trabalhador para fornecer energia elétrica mais barata para as grandes indústrias. Assim, graças à "mágica" do BNH, o Brasil se torna um inédito País, no qual o operário empresta dinheiro ao patrão para baratear-lhe os custos e aumentar-lhe gordamente os lucros!

As instalações do BNH e de seus agentes financeiros são faraônicas; banheiros de mármore, ar condicionado, música ambiente, vidro fumê, acabamentos dispendiosíssimos.

Enquanto isso, o trabalhador, que paga tudo, recebe monstros compostos de um ponto de luz e um de água, a título de "unidade habitacional" que vai figurar, demagogicamente, como "casa" nas fantasiosas estatísticas do BNH. Logo depois, sua prestação principia uma astronômica escalada, e o sonho da casa própria se transforma em duro pesadelo, com sua renda mensal mais e mais comprometida pela defasagem entre os aumentos da prestação e do salário.

Não se diga, em contrapartida, que o salário sobe duas vezes por ano e a prestação apenas uma, porque a inflação já comeu o salário, antes mesmo dele subir, quanto mais na hora de enfrentar o reajuste da prestação! Isto sem falar no imenso contingente de trabalhadores brasileiros que ainda recebem aumentos anuais.

O Sistema Financeiro da Habitação é uma das grandes conquistas do povo brasileiro. O BNH, sua conseqüência mais direta, foi criado para ser um banco social e viabilizar o dever governamental de dar habitação ao povo, e se transformou num banco comercial como qualquer outro, que visa lucro e busca taxas sempre mais compensadoras, a fim de angariar mais dinheiro para os gordos salários de burocratas muitas vezes inúteis, e instalações luxuosas, supérfluas e também sem maior serventia.

Fugindo de seus objetivos, passou a financiar projetos que não atendem a maioria da população, a serviço dos lucros das construtoras e da burocracia incrustada no Governo.

Com o volume de recursos de que dispõe, poderia dar habitação a um número bastante superior de famílias. Só este ano, girará um montante de seiscentos bilhões de cruzeiros oriundos do FGTS, e dois trilhões de cruzeiros de cadernetas de poupança, das quais quarenta e sete por cento dos depósitos são de trabalhadores que percebem até três salários mínimos.

O agente financeiro, por seu turno, como todo bom intermediário neste País, também enriquece à custa do sistema financeiro pelo dinheiro do bolso da população.

Mas, do lado do mutuário, as coisas não correm tão bem. Sofrerá ele um reajuste de 72,8 por cento que comprometerá seriamente seu rendimento familiar; está na iminência de ser condenado a reajustes semestrais da prestação, fato extremamente cruel se se atentar para a circunstância de que o salário perdeu 48 por cento de seu valor real nos últimos 20 anos, e 0,5 por cento do mesmo valor somente após o advento dos aumentos semestrais (cerca de 2 anos e meio); sofre diariamente a ameaça de uma economia marcada pela instabilidade de emprego, rotatividade de mão-de-obra e achatamento

dos salários. Ele, mutuário, que deveria ser o objeto final da existência do BNH, é por ele encarado como marginal, adversário, até inimigo. A relação que os une, ao invés de colocar juntos governante e governado, administrador e administrado, na busca mútua da solução para um grave problema da vida nacional, foi convertida pelo Banco num fretamento puramente negocial, no qual ele, Banco, pinga ao pobre mutuário:

- juros extremamente altos;
- taxas que mantêm e produzem monumentos supérfluos, como BNH e seus agentes financeiros, com as respectivas mordomias;
- lucro das construtoras (SINAPI);
- seguro, que nada mais é do que uma garantia do BNH e seus agentes quanto à quitação do saldo devedor, e fator de enriquecimento das seguradoras;
- Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), um artifício destinado a cobrir antecipadamente eventual saldo que se verificar dado o cálculo aleatório dos valores e reajustes - ao fim do período de financiamento;
- redes de água, luz, esgoto, telefone, etc., dos conjuntos habitacionais, encargos esses de caráter eminentemente público.

Verbas inadmissíveis, ou imputáveis a outrem, são implacavelmente cobradas do mutuário, sem qualquer auxílio ou subsídio.

Valendo-se de sua formidável força coercitiva, o Banco promove uma voraz e insaciável busca de mais e mais lucro à custa do pobre e fraco - porque pequeno e solitário - mutuário.

É uma luta desigual e covarde.

A Associação Curitibaana dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação nasce a fim de tentar contribuir para o nivelamento dessa luta, através do fortalecimento dos mutuários, advindo de sua união em torno de reivindicações concretas.

Nasce para ajudar a corrigir as distorções históricas que o Banco Nacional da Habitação, instrumento da política habitacional do Governo, mas que deveria ser arma do povo, apresenta e impõe à população.

Nasce da necessidade crescente que tem o indivíduo brasileiro, no caso o adquirente de casa própria, de falar, de ser ouvido, de participar efetiva e decisivamente da discussão e decisão das questões que atingem sua pessoa, sua família, sua condição de vida, sua felicidade.

Nasce para ser mais um instrumento de pressão organizada da sociedade civil brasileira, em busca de melhores condições de vida para a população, dentre as quais a habitação é parcela primordial.

Nasce, enfim, numa palavra, para tentar ajudar a inverter a situação geral há muito imperante no Brasil, situação filha do arbítrio, pela qual o cidadão é sempre encarado pelo agente administrativo, qualquer que ele seja, como um subordinado que lhe deve obediência, e não um contribuinte gerador do próprio aparelho de Estado e dos recursos que o sustentam, cujo interesse, assim, deve ser o objetivo máximo; que deve, portanto, isto sim, ser obedecido.

Por todos esses motivos, e em busca de todas essas finalidades, a Associação lançará mão dos meios e medidas que, dada sua função e sua representatividade, lhe parecerem justos e eficazes.

Aprovado em Assembléia de mutuários, em Curitiba, aos 18 de julho de 1981."

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Cumprimento Vossa Excelência pelo assunto importante que traz, nesta tarde, aqui na nossa As-

sembléia Legislativa e, ao mesmo tempo, para dizer que a situação dos mutuários do BNH é tão grave, tão séria, que os jornais de hoje estampam uma entrevista do Presidente do BNH, que diz o seguinte:

"Se a inflação não descer a níveis desejados, as prestações da casa própria ficarão insustentáveis, no próximo ano".

Quem afirma isso é o Presidente do BNH, que se a inflação não descer a níveis desejados, as prestações da casa própria ficarão insustentáveis, no próximo ano!

Então, veja Vossa Excelência que é um assunto seríssimo que mais aflige a população brasileira.

Tenho dito sempre que o pobre, coitado do pobre, não tem vez. Ele não tem dinheiro para comprar uma casa, e tem desejo - que natural, desejo inerente a qualquer ser humano, ter um teto para abrigar a sua família, então recorre, como eu recorri, como Vossa Excelência recorreu, como muitos que estão aqui recorreram, ao BNH, para poder adquirir sua casa própria. E, este sonho, hoje, transforma-se em pesadelo. Porque, 72,8 por cento, neste ano, já não está dando para suportar. Imagine o ano que vem, como é que as coisas ficarão.

Quem diz isso não é somente este Deputado, mas o próprio Presidente do BNH, em entrevista que concedeu, ontem, em Londrina, quando foi inaugurar um banco.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o aparte, nobre Deputado José Tavares e gostaria que apenas não ficasse este depoimento do Presidente do BNH, estampado em jornais, em entrevistas para rádio e televisão, mas que se tornasse, na realidade, uma preocupação para solucionar este grave problema.

Portanto, desejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Manifesto da Fundação da Associação dos Mutuários, criada em Curitiba, que vai tentar uma luta muito grande que os mutuários do BNH, e não os "mortuários" do BNH possam ter melhores condições no futuro, porque os aumentos, como bem lembrou o Deputado José Tavares, são assustadores. Já se fala em um novo aumento para o início de 1982. Seremos realmente, nobre Deputado, "mortuários" do BNH porque não haverá condição de pagamento.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado, já se fala em aumento trimestral, aliás, neste País, agora tudo aumenta de 3 em três meses, menos o salário do trabalhador.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado nobre Deputado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 31/81, (Mens. Govern. n.º 35/81), que aprova o termo de convênio SELP/06, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social com o Muni-

cípio de Adrianópolis, objetivando a reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde da sede do referido município.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 32/81, (Mens. Govern. n.º 36/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 34/81, (Mens. Govern. n.º 38/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de Mini-Postos de Saúde.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/81, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 37/81, (Mens. Govern. n.º 40/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que especifica, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e co-participação em estudos que visam a "Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná", com influência no Estado do Paraná.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Ubatã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 145/78

a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ", com sede na Cidade de Ubatã, Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1978

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubatã, tem como finalidade especial, cuidar do problema do excepcional deficiente mental, sem distinção de cor, raça, credo político ou religioso, objetivando o bem estar, proteção, ajustamento do excepcional.

É uma obra de amplo aspecto social.

A documentação inclusa comprova a personalidade

jurídica.

Consideramos uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 145/78

PARECER

De autoria do eminente Deputado FRANCISCO ESCORSIN, visa o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", da Cidade de Ubatã.

Baixado em diligência para cumprimento de formalidades legais, retorna agora o processado, isento de falhas ou imperfeições.

Em tais circunstâncias, opinamos por sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente,
WERNER WANDERER — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, redução sobre multa, juros e correção, ao saldarem seus débitos em atraso, nas condições que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 169/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida redução sobre a multa, juros e correção incidentes nas seguintes condições:

- a) redução de 80% (oitenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação desta lei,
- b) redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei,
- c) redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 2.º — Os benefícios desta lei se estendem aos contribuintes que já obtiveram parcelamento de seus débitos, incidindo a redução apenas sobre as parcelas vincendas.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 10 (dez) dias as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1980

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Em que pese o excelente resultado da Lei n.º 7.210, de 17 de outubro de 1.979, que possibilitou a inúmeros servidores regularizar suas situações junto ao IPE, há que se convir que um elevado número deles continua em débito junto ao referido órgão, mormente os titulares de Ofícios distritais ou de pequenos municípios. Tal situação, obviamente, decorre do atual estado de dificuldades que todos nós atravessamos. Assim, a exemplo das medidas, recentemente adotadas pelo Sr. Ministro da Fazenda com relação a devedores perante o Tesouro Nacio-

nal, é de todo aceitável o projeto que ora é apresentado, espera-se que seja aprovado por esta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 169/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado FUAD NACLI, concede aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência do Estado IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, redução sobre multa, juros e correção monetária, que saldaram seus débitos em atraso.

Segundo informa o ilustre autor, na justificativa, o de que se trata é de revigorar os prazos e percentuais estabelecidos na Lei n.º 7.210, de 17.10.1979, para beneficiar inúmeros servidores dela excluídos ou não abrangidos na ocasião.

A matéria tem conforto na Constituição e está regimentalmente formalizada.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;
EZEQUIAS LOSSO, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 169/80

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 169/80, de autoria do nobre Deputado FUAD NACLI, tem por objetivo propiciar a redução da multa, juros e correção monetária incidentes sobre os débitos dos Serventuários da Justiça para com o IPE, segundo o escalonamento previsto em seu artigo primeiro.

Projeto de lei similar já foi aprovado por esta Casa em 1978 (Projeto de Lei n.º 75/78), que concede reduções, também escalonadas, para os débitos referentes ao ICM, o qual, depois de aprovado, foi transformado na Lei n.º 7020/78, publicada no Diário Oficial de 7 de julho de 1978. (fotocópia anexa).

Ora, se houve interesse do Governo em beneficiar os devedores do ICM, por que não se deve dar idêntica oportunidade aos Serventuários da Justiça, para que possam deixar suas contribuições em dia?

Dado o precedente apontado, o qual, inclusive, contou com emenda de autoria deste Deputado e do nobre Parlamentar Gabriel Sampaio, e, tendo em vista que aquele atingia apenas o comércio, enquanto que este abrange a área de recursos humanos, ainda que restrita, cremos que deve ser aprovado, pois, virá regularizar a situação de vários servidores junto ao seu órgão previdenciário.

Opinamos, assim pela APROVAÇÃO DESTE PROJETO DE LEI.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1981.

(aa) NELSON BUFFARA — Presidente;
FIDELCINO TOLENTINO, Relator.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas - Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS. Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

8 Srs. Deputados o aprovam;

6 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 145/78 e 169/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.